

<b>Público</b>  20-01-2007	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>284 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>10</b>

# Comissão do PE sobre voos da CIA atenua críticas a Luís Amado

Eurodeputados abandonam referência a falta de cooperação do ministro dos Negócios Estrangeiros, mas deverão continuar a lamentar a falta de respostas concretas a algumas das suas perguntas

ISABEL ÁRRIAGA E CUNHA  
BRUXELAS

A comissão do Parlamento Europeu (PE) encarregue de averiguar um eventual envolvimento de governos europeus no programa de voos e prisões secretas da CIA prepara-se para atenuar as críticas à “atitude não cooperante” do ministro dos Negócios Estrangeiros nas suas investigações.

Esta foi a opção assumida pelos principais grupos políticos do PE – conservadores, socialistas, liberais e verdes – na previsão da votação, prevista para terça-feira, do relatório que conclui um ano de investigações.

Por iniciativa de Cláudio Fava, socialista italiano e autor deste trabalho, dois deputados liberais aceitaram retirar as suas propostas de alteração ao relatório, em que pretendiam levar o PE a afirmar que “lamenta a atitude não cooperante do ministro” dos Negócios Estrangeiros com a comissão parlamentar.

Em sua substituição, a maioria dos grupos políticos pós-se de acordo sobre um texto de compromisso em que o PE “lamenta que o Governo português tenha sido incapaz ou relutante em responder a todas as questões levantadas pela delegação da comissão temporária” que se deslocou a Portugal, para reunir com Amado, a 6 de Dezembro passado.

Esta redacção substituiu ain-



Luís Amado viu as críticas à sua atitude face ao inquérito sobre voos da CIA suavizadas pelos eurodeputados

da, com o acordo dos autores, uma outra alteração proposta pela deputada socialista Ana Gomes, em conjunto com dois deputados dos grupos liberal e verde, em que o PE “lamenta que o ministro minimize a necessidade de um inquérito nacional mais aprofundado sobre os voos” potencialmente suspeitos que passaram pelo território português.

**Mantém-se o lamento pelo não fornecimento de listas**  
Em contrapartida, os grupos não propuseram qualquer alternativa à proposta de Ana Gomes e os mesmos dois eurodeputados em que o PE “lamenta que o Governo português não tenha fornecido à comissão a lista dos passageiros” e da tripulação

dos voos suspeitos que foram pedidas pelos eurodeputados. Esta proposta será assim colocada à votação com boas probabilidades de ser aceite pelo facto de beneficiar do apoio de Cláudio Fava.

Do documento que enviou esta semana a vários deputados europeus contestando, em português e inglês, cada uma das propostas de alteração (ver PÚBLICO de quinta-feira), Amado considerou esta proposta “inaceitável”, afirmando que “os pedidos de autorização de voo e aterragem que estão em causa não são, nos termos da lei, instruídos com o nome dos passageiros. Por isso não há listas de passageiros”, refere.

Fava está igualmente de acordo sobre uma outra

proposta de Ana Gomes em conjunto com os mesmos deputados dos grupos liberal e verde destinada a levar o PE a manifestar a “sua profunda preocupação” pela lista suplementar de 17 escalas (além das 91 que já estão identificadas no projecto de relatório) nos aeroportos das Lajes e de Santa Maria de aviões destinados ou provenientes de Guantánamo (ver caixa). Considerando esta conclusão “inaceitável”, a contestação do ministro português refere: “Não há qualquer prova dos factos que figuram nesta conclusão. O rigor impõe, pelo menos, que se acrescente a expressão “alegados” aos voos que são referidos.”

O deputado italiano também está de acordo em que o

PE lamente a recusa de Paulo Portas e Figueiredo Lopes, ex-ministros da Defesa e da Administração Interna de Durão Barroso, ao convite que lhes foi dirigido para se avistarem com a delegação da comissão parlamentar em Lisboa.

Ao invés, Fava pede a rejeição, que deverá obter sem dificuldade, das propostas de alteração apresentadas por dois deputados comunistas que acusam o governo de Durão Barroso de ter estado “plenamente informado sobre a natureza dos voos da CIA” e o programa de prisões forçadas, e que consideram que “Portugal desempenhou um papel importante na instauração da cooperação antiterrorismo com os Estados Unidos”. ■

